

SOBRE TESOURAS SIDERÚRGICAS E CRISE DE VALORES

Por Carlos Costa

No debate desta edição, Everardo Maciel alerta, em suas considerações finais, para a crise de valores que acontece no país: ela é séria e se manifesta sob as mais diferentes formas. “Faltam valores – e os poucos que existiam estão indo para o ralo”, disse.

O comentário do ex-secretário da Receita Federal se refere aos políticos e ao Brasil mas pode ser aplicado ao mundo atual. Há pouco, numa rápida passagem pelo Porto, numa tarde de domingo de eleições, enquanto esperava o metrô, ouvi a conversa de uma moça, provavelmente de origem cabo-verdiana, que declarava aos colegas sua inveja de uma amiga brasileira, porque sabia como ninguém os requebros da “Dança da Atocha” [*suponho ser o nome de dança de origem baiana*]. Horas depois, passava em frente ao comitê de Rui Rios, o candidato vitorioso que se reelegera presidente da Câmara do Porto, e a música que tocava no improvisado trio-elétrico repetia o refrão “Quem é o gostosão do pedaço”, outro hit baiano. Se nos faltam valores, estamos exportando vulgaridades como nunca.

Mas foquemos a reflexão sobre a área acadêmica. Em 1981, ainda repórter iniciante, conversava com o então diretor da Capes, Claudio Moura Castro, na busca de dados para a preparação de um ranking das melhores faculdades para uma revista masculina. Interessado em que a discussão sobre a qualidade do ensino extrapolasse o fechado circuito acadêmico, Moura Castro forneceu uma série de dados confidenciais (aqueles pesados formulários contínuos da época em que não existiam pen-drives) e ótimas histórias. Uma delas era sobre uma dissertação de mestrado defendida numa faculdade federal do Nordeste em que o candidato repetira uma pesquisa já elaborada e publicada na França

sobre uso de energia solar: com o que isso representara em custo de bolsa e de verbas do Estado para a elaboração de medidores que colhessem dados que já existiam. Outra das boas histórias foi a de um professor de outra instituição federal, do Sudeste, que indicara, em um catálogo de produtos checos em negociação pelo governo, a aquisição de uma tesoura siderúrgica. Com o espanto posterior, ao saber que a tal tesoura pesava algumas toneladas e demandava uma estratégia de transporte do cais até o campus da universidade. Ao não conhecer o idioma em que o catálogo fora impresso, o acadêmico julgara tratar-se de material de escritório. Aparentemente a tesoura esteve exposta às intempéries por décadas, dada a inutilidade para os propósitos mais caseiros do professor. Mas justiça seja feita: também nas empresas privadas cometem-se gafes com sérios prejuízos para os cofres do patrão. Lembro o caso de uma negociação conduzida por um executivo de uma grande editora brasileira com uma casa inglesa na compra dos direitos de publicação de uma revista feminina de trabalhos manuais. A compradora se comprometia a publicar os “films” fornecidos pela parceira inglesa. Como *films* no caso eram fotolitos e não fotos, deveria haver compatibilidade de sistemas de impressão (o que não era o caso, uma utilizava off-set, a outra rotogravura). Assim, o contrato teve de ser refeito, houve atraso no lançamento, que finalmente foi “furado” por uma editora concorrente.

Essa falta de “simancômetro” em decidir sobre o que não se conhece é um dos sintomas da crise de valores apontada por Maciel. Na área acadêmica venera-se a figura do “especialista” ou se busca o reforço da “autoridade”. Para afirmar muitas vezes o óbvio, o jovem acadêmico se vale da citação. Assim, para afirmar que a porta estava

fechada, precisa do reforço da nota de rodapé, a citação do “autor consagrado”. Um colega contava, também há alguns anos, que no curso realizado na Universidade de Navarra havia entre os estudantes o hábito de trocar rodapés: quatro citações de Foucault (com indicação do livro, cidade, editora, ano da publicação e número de página) por três de Deleuze.

Com certa frequência sou convidado a dar parecer sobre textos ou projetos de publicações. E o que chama a atenção é a falta de originalidade. Mesmo quando um dos procedimentos iniciais para o trabalho acadêmico é a recuperação bibliográfica: analisar em profundidade o que já se publicou sobre o assunto para evitar a inutilidade de “produzir conhecimento” já publicado. Numa entrevista com o prof. Cândido Rangel Dinamarco, ele comentava que seu doutorado fora pouco mais que um ensaio denso, “não tinha a dimensão de um livro, como são hoje as teses”. Seguramente o seu longo artigo continha mais conteúdo e originalidade do que muitos calhamaços produzidos atualmente. Como pontuou o prof. Oscar Vilhena em uma entrevista em que falava sobre o Mestrado em Direito e Desenvolvimento criado pela DireitoGV (buscar respostas e propostas concretas que contribuam para o desenvolvimento do país), muitas das pesquisas de mestrado apresentadas em outras instituições são trabalhos em que o aluno realiza uma revisão bibliográfica, expõe o tema, depois comenta que de um lado uma série de autores dizem isso, outros tantos afirmam aquilo, e finalmente o mestrando diz que concorda em parte com todos. Sem muitas vezes se dar ao trabalho de sair à rua e conferir se a porta estava realmente fechada.

Bom, agora podemos continuar a falar mal dos políticos.